

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Aumento na conta de luz preocupa, e Aneel mira tributos e custos	2
Título: Enel Goiás presta contas mensalmente.....	4
Título: CoP 25 termina sem acordo sobre fundo e mercado de carbono.....	5
Título: Leilões do pré-sal a serviço da reindustrialização.....	8
Título: Destaque	10
Título: Leilão de transmissão é chance para entrante	11
Título: Tragédias forçaram Ibram a rever o modelo de gestão	13
Título: Plano para montar um bolsa de ações do setor no Brasil	15
Título: Curtas	16
Título: Dólar e novas regras freiam etanol importado.....	17
Título: Empresário da cana reduz posição em Cosan para reforçar Indusval	19
Título: O irascível Mohammed bin Salman abre caminho	21
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	23
Título: Pacote prevê cortar custo de combustível para reduzir preço de passagens aéreas..	23
Título: Caminhoneiros ameaçam com nova paralisação	25
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	26
Título: Com manobra, estados ampliam arrecadação com a gasolina	26
Título: Plano de desinvestimentos prevê Petrobras concentrada no Sudeste	27
Título: Competição é caso para governo, não empresa, diz senador	30
Título: Após obstrução brasileira, Cúpula do Clima fracassa e adia decisões.....	30
VEÍCULO: O Globo	32
Título: Monumento à inépcia.....	32

Título: Congresso avança na análise da inépcia no desastre com petróleo	33
Título: Vazamentos levam risco a cartão-postal	34
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	36
Título: Preço do querosene no país trava entrada de novas aéreas.....	36

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/12/2019

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito — Do Rio

Título: Aumento na conta de luz preocupa, e Aneel mira tributos e custos

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) pretende atacar os tributos e os custos de geração de energia em 2020, com o objetivo de reduzir os efeitos na conta de luz dos consumidores no próximo ano. As medidas fazem parte da agenda de desoneração tarifária colocada em prática pela autarquia nos últimos anos.

Para 2020, a maior preocupação da agência é com relação ao repasse do efeito da desvalorização do real que afeta a tarifa de energia da hidrelétrica de Itaipu, calculada em dólar e cobrada de consumidores do Sul e Sudeste, e o aumento da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), encargo cobrado de todos os consumidores de energia. Amanhã, a agência deverá decidir sobre o novo valor da CDE, que pode ter efeito de 2,4% nas tarifas no próximo ano.

Objetivo da agência é estimular uma redução do ICMS cobrado pelos governos estaduais nas contas de luz

Segundo o diretor-geral da Aneel, André Pepitone, pelo lado dos tributos, mesmo não sendo assunto de competência da autarquia, o objetivo é aproveitar as discussões em torno da reforma tributária para estimular uma redução do ICMS cobrado pelos Estados nas contas de luz. De acordo com o executivo, apenas os tributos respondem por 31,4% da tarifa de energia.

Com relação aos custos de geração, que compõem 34% da tarifa, a meta da agência é antecipar para o próximo ano o encerramento dos contratos de termelétricas a óleo combustível e diesel (de custo mais caro) e que vencem entre 2023 e 2025.

“A agência está em fase avançada na realização de um estudo para descontratar térmicas com CVU [custo variável unitário] acima de R\$ 1.000 [por megawatt-hora], em que os contratos vencem a partir de 2023. Mesmo observando as condições contratuais e atuando em conjunto com eles [empreendedores] para fazer a antecipação, há um benefício concreto para a tarifa do consumidor”, disse Pepitone, que participou de evento com investidores no Rio na semana passada.

Na prática, a ideia da agência é calcular o valor presente líquido desses contratos trazendo ao valor de hoje. O pagamento seria todo feito no próximo ano, aplicando-se um desconto. “É uma proposta atrativa para os detentores dessas outorgas e atrativas para os consumidores de energia.”

Segundo ele, a agência ainda está fazendo estudos para avaliar qual será o efeito redutor para as tarifas da antecipação do fim desses contratos. Cálculos da Associação Brasileira dos Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), que apoia a medida, indicam um potencial de redução de 3% nas tarifas com o vencimento antecipado desses contratos.

“De ponto negativo [para 2020], temos a desvalorização do real em relação ao dólar, que aconteceu ao longo de 2019, e isso vai contribuir para aumento tarifário para 2020, no que se refere à parcela de Itaipu [nas contas de luz]”, lembrou Pepitone.

Neste ano, o trabalho de desoneração tarifária da Aneel foi concentrado principalmente na redução de subsídios do setor elétrico. Os encargos respondem hoje por cerca de 10,4% das tarifas.

Segundo ele, esse trabalho contribuiu para que as tarifas residenciais de energia fechem 2019 com aumento médio de apenas 1,97%, segundo estimativas da agência. O percentual é inferior aos cerca de 15% de crescimento médio da conta de luz dos consumidores residenciais do país no ano passado. Ao todo, 21 distribuidoras tiveram reajuste negativo neste ano.

A principal ação de redução de encargos setoriais, lembrou Pepitone, foi a quitação antecipadamente, em meados deste ano, dos empréstimos firmados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) com bancos públicos e privados, para socorrer distribuidoras de energia, durante a crise hídrica em 2014. Devido ao crescimento rápido e elevado do custo de geração de térmicas

naquela época, as distribuidoras sofreram um forte descasamento de caixa, necessitando dos empréstimos, que somaram R\$ 21,2 bilhões.

Segundo Pepitone, a quitação com desconto dos empréstimos, inicialmente previstos para vencerem em meados do próximo ano, trouxe um efeito redutor nas tarifas de energia de 4,9%.

Sobre o leilão de linhas de transmissão previsto para esta semana, o diretor-geral da Aneel disse esperar forte competição entre os investidores. “Temos uma expectativa de grande competição, de grande disputa em cada lote, e que isso, com certeza, vai proporcionar um deságio importante e que vai vir em benefício do consumidor.” Serão ofertados 2.360 km de linhas em 12 Estados, com investimentos estimados de R\$ 4,2 bilhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/12/2019

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito — Do Rio

Título: Enel Goiás presta contas mensalmente

Empresa deve receber termo de notificação da Aneel envolvendo fiscalização das interrupções do serviço

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) está em fase de elaboração de um termo de notificação referente à ação de fiscalização de indicadores técnicos da Enel Distribuição Goiás (ex-Celg D). Na ação foram averiguados indicadores de duração e frequência de interrupções na área de concessão da distribuidora, adquirida no fim de 2016 pelo grupo italiano Enel. De acordo com o diretor-geral da Aneel, André Pepitone, ainda cabe recurso pela concessionária.

“A fiscalização já foi realizada. Estamos naquela fase de elaboração do termo de notificação para que a empresa possa comentar. E aí, vamos seguir o rito, para ver se vai seguir em auto de infração ou não”, disse o diretor ao **Valor**.

Questionado sobre o imbróglio entre a concessionária e o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM), apoiado por alguns parlamentares goianos que defendem a encampação da distribuidora pelo Estado, Pepitone disse que a agência acompanha de perto todas as ações desenvolvidas pela Enel Goiás no âmbito do contrato de concessão. Segundo ele, a companhia presta conta mensalmente à agência sobre as atividades realizadas no Estado.

“Existe hoje um plano emergencial que foi feito com a Enel Goiás, em que a empresa se prontifica a atender algumas metas que foram negociadas com o governo de Goiás para o imediato restabelecimento da qualidade do serviço do Estado”, disse Pepitone, acrescentando que, nesse plano, estão previstos dois momentos de checagem dos trabalhos realizados, um neste mês e outro em junho do ano que vem.

“A agência tem feito reuniões mensais com o grupo Enel, em que eles prestam conta mensalmente das ações que estão sendo desenvolvidas no Estado de Goiás”, completou o diretor.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/12/2019

Seção: Internacional

Autor: Daniela Chiaretti — De Madri

Título: CoP 25 termina sem acordo sobre fundo e mercado de carbono

“Este é realmente um compromisso mínimo. Adiar todas as questões relevantes dificilmente está alinhado com a emergência climática que nós, cientistas, destacamos durante a CoP 25”. Com esta frase, o climatologista sueco Johan Rockström resumiu a frustração gerada pela conferência do clima das Nações Unidas que terminou com dois dias de atraso.

“A ciência é clara: se aquecermos nosso planeta além de aproximadamente 1,5 °C poderemos entrar em uma zona de perigo de desestabilização do clima”, disse o cientista, que dirige o Potsdam Institute for Climate Impact Research.

A CoP 25 não conseguiu entregar boa parte do que prometeu, e por isso, perdem todos.

O mecanismo que regularia os mercados de carbono compreendidos no artigo 6, vital para o processo e para trazer a bordo as empresas, ficou para a próxima rodada, em Glasgow. O Brasil, os EUA e a Austrália levaram a culpa.

Mas foram os países ricos, escorados atrás dos Estados Unidos, que não deixam decolar o mecanismo e o fundo de Perdas e Danos. Trata-se de algo que se arrasta há anos nas conferências de clima e é vital para pequenas ilhas que naufragam com a alta dos níveis do mar, países vulneráveis que sofrem com inundações como Bangladesh ou secas, como vários na África.

Essas nações mais vulneráveis, que não contribuíram em nada para o problema do aquecimento e praticamente não emitem gases-estufa, não têm mais tempo para se adaptar à mudança do clima. Estão perdendo vidas e seus territórios.

Por isso pedem um fundo para acessarem rapidamente, de “Perdas e Danos”, além de capacitação técnica. A demanda existe muito antes do Acordo de Paris. Em 2015, em Paris, foi travada pelos Estados Unidos presididos por Barack Obama.

Fazer um novo fundo, emergencial, para estes países, estabeleceria uma correlação no mundo entre quem causou o problema e quem sofre com ele.

Seria um precedente na jurisprudência que os países ricos não querem abrir, temendo a conta futura. A sugestão deles é prover fundos via seguros de vida e patrimônio muito mais baratos, para atingir populações carentes.

A CoP 25 teria que avançar nesse rumo. Progrediu algo em ações para minimizar as perdas. Mas o fundo com recursos não veio.

O Brasil saiu-se mal no geral, com imagem muito negativa. O objetivo do governo de aprovar um texto em que as operações privadas de redução de emissões de carbono não teriam abatimento na meta nacional (mecanismo que os europeus dizem que causaria uma dupla contagem de emissões), não foi adiante.

Outro ponto ruim para a imagem do Brasil foi o fato de se opor a incluir alguma menção a direitos humanos e direitos dos povos indígenas no artigo 6, tema que voltará em 2020, na Escócia. O Brasil também não quis que se usasse “emergência climática” nos textos, apenas “urgência climática”. E se opôs claramente a diálogos sobre oceanos e terra.

O impacto que a mudança do clima causa nos oceanos é grave e vem sendo mais estudado. O tema, que ficou fora do Acordo de Paris, ganhou mais visibilidade depois. Ficou muito em evidência na conferência de Madri, sob a presidência chilena.

Em Madri, a Arábia Saudita propôs um novo canal de discussão sobre terra. O Brasil imediatamente se opôs. “Isso é inaceitável para nós”, disse um diplomata brasileiro em plenária.

“O país se opõe ao diálogo pois ele significa colocar um holofote global na questão do desmatamento, podendo levar a exigências adicionais no relato de

emissões ou até em alguma meta”, diz Raoni Rajão, professor de gestão ambiental da Universidade Federal de Minas Gerais.

“O Brasil veio com pleitos fortes. Queria mais financiamento direto. Quer vender créditos de carbono mesmo sem reduzir o desmatamento e veio querendo que não se desse atenção especial ao uso da terra”, explica Rajão.

Inicialmente o Brasil concordava com o diálogo em oceanos, mas recusava o de uso da terra, dizendo que as conferências anteriores já haviam tratado do tema e tomado decisões. Na madrugada de domingo, durante uma reunião de alto nível, um delegado brasileiro recebeu um telefonema com a instrução de mudar a posição do Brasil até no diálogo sobre oceanos.

Este ponto gerou muito desgaste. A ministra espanhola Teresa Ribera, da Transição Ecológica, tuitou: “Brasil se opõe a que se estabeleça um diálogo sobre clima e oceanos, e sobre clima e solos, à vista dos relatórios especiais do IPCC. Está esmagadoramente isolado”. O país perdeu e a decisão foi aceita.

Nos corredores da CoP, Colômbia e Indonésia celebravam parcerias para preservar suas florestas, nos moldes do que foi feito com o Fundo Amazônia, no Brasil, que foi desmontado pelo ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles este ano.

Noruega, Alemanha e Reino Unido darão US\$ 366 milhões à Colômbia para recompensar seu avanço em reduzir desmatamento. A Noruega dará US\$ 1 bilhão à Indonésia, pelo mesmo princípio.

“Essa é uma CoP que chamava para ação e ambição. Esperavam-se respostas claras”, registrou Carlos Rittl, secretário-executivo do Observatório do Clima, rede de mais de 40 ONGs que trabalham com agenda climática no Brasil. “Os resultados são frustrantes: não temos clareza como o processo vai contribuir para o aumento das ambições ao longo do tempo, com incertezas sobre financiamento climático ou sobre os mercados de carbono, que era um tema central”. “Felizmente se preveniu que neste conjunto de mecanismos fossem aprovadas regras frouxas.”

Um dos únicos pontos positivos da CoP de Madri foi a aprovação do Plano de Ação e Gênero. É algo novo, que tem cinco anos de implementação e um cronograma de ações amplo de desenvolvimento de lideranças femininas em países em desenvolvimento.

“Cria um caminho para promover igualdade de gênero, mas também participação dos povos indígenas e reconhecimento do conhecimento tradicional na implementação da agenda de mudança do clima”, diz Caroline Prolo, advogada brasileira que atuou na negociação como consultora do grupo dos países menos desenvolvidos.

“Não diria que a CoP 25 fracassou totalmente, mas o texto é fraco na parte de ambição e mostra falta de vontade política dos maiores emissores”, diz Fernanda de Carvalho, do WWF Internacional. “O grande teste será em 2020, com as metas que têm de ser fortalecidas.”

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/12/2019

Seção: Opinião

Autor:

Título: Leilões do pré-sal a serviço da reindustrialização

As duas últimas rodadas de licitação de áreas do pré-sal tiveram resultados inesperados. Por um lado, favoreceram a Petrobras, que arrematou as principais áreas e assegurou um horizonte exploratório relevante, garantindo ainda o controle da operação. Por outro lado, o resultado frustrou o governo, que esperava contar com maior participação de petrolíferas estrangeiras e com maior arrecadação em bônus de assinatura.

Ao responsabilizar o marco regulatório do pré-sal pelo resultado, o governo reabriu o debate sobre o arranjo econômico-institucional de incentivo e proteção ao petróleo brasileiro. Mas seria o regime de partilha a causa da perda de dinamismo dos últimos leilões do pré-sal?

Várias empresas pediram isenção do cumprimento do conteúdo local e contratam fornecedores estrangeiros

Na rodada do excedente da cessão onerosa foram ofertadas quatro áreas da Bacia de Santos, mas apenas duas foram arrematadas, ambas pela Petrobras como operadora em um consórcio com a participação minoritária de 10% das chinesas CNOOC e CNODC. Nesse caso, a baixa adesão de outras grandes petrolíferas se deveu, em primeiro lugar, ao descasamento entre os retornos de curto prazo esperados pelo governo e os riscos de médio prazo mensurado pelas empresas. Em segundo lugar, respondeu à aceleração dos leilões, uma vez que boa parte das operadoras já adquiriu nos últimos anos um volume considerável de novas fronteiras exploratórias tanto no exterior como no Brasil.

Na sexta rodada de partilha do pré-sal, por sua vez, foram ofertadas cinco áreas das Bacias de Campos e Santos, nesse caso apenas uma foi arrematada, também pela Petrobras como operadora em uma associação com a CNODC que ficou com 20%. A desmobilização das principais majors do setor reforça a hipótese do descompasso entre a aceleração dos leilões realizados no Brasil e, comparativamente, a desaceleração na recomposição da carteira de E&P das principais petrolíferas.

Se o problema estivesse no regime de partilha, as cinco rodadas dessa modalidade realizadas entre 2013 e 2018 não teriam uma taxa de sucesso de 82%, vendendo 14 das 17 áreas ofertadas, contando com a participação de pelo menos dez petrolíferas estrangeiras em cada certame, tendo sempre entre 5 e 8 empresas vencedoras.

Diante dos riscos e incertezas, contrariando a defesa ideológica da livre-concorrência feita pelo governo e reafirmando a dinâmica pragmática e oligopólica do setor, os certames recentes foram marcados por baixa competição entre as International Oil Companies (IOCs) e por intensa participação das National Oil Companies. Isso é resultado menos do regime regulatório proposto pelo Estado e mais das novas estratégias de mercado apresentadas pelas empresas. As IOCs, que intensificaram seu ritmo de compras de ativos de E&P no Brasil entre 2015 e 2018, tendem a desacelerar a realização de novas aquisições nesse segmento.

Com a intensificação da velocidade dos leilões nos últimos anos as grandes petrolíferas aumentaram significativamente o volume de petróleo brasileiro em suas carteiras. Segundo estimativas do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Inep), Exxon, Total e BP detém, respectivamente, cerca de 11 bilhões, 6 bilhões e 4 bilhões de barris de óleo nacionais, com a carteira carregada de projetos do pré-sal essas empresas devem agora se concentrar nos projetos de desenvolvimento das reservas já arrematadas.

Sendo assim, vale rememorar que os regimes de cessão onerosa e partilha foram criados em 2010 a fim de evitar a exposição do pré-sal ao regime de concessões instituído pela lei do petróleo de 1997, tendo como um dos seus principais objetivos, o adensamento do arco de ação da indústria nacional, principalmente em setores mais sofisticados. Ou seja, o modelo de exploração e o ritmo de realização dos leilões estavam associados à formação de competências e à capacidade de respostas da indústria nacional à demanda gerada pela exploração petrolífera.

No entanto, em 2016 mudanças regulatórias excluíram a obrigatoriedade de a Petrobras atuar como operadora com participação mínima de 30% nas áreas do

pré-sal; e em 2017 alterações legislativas reduziram a obrigatoriedade de conteúdo local nos contratos de partilha de 37% para 18% na etapa de exploração e de 55% para 30% na etapa de desenvolvimento. A conjugação desses dois elementos reduziu a possibilidade de se utilizar a indústria do petróleo como motor de dinamização da própria industrialização nacional, criando uma estrutura produtiva mais exitosa e eficiente em converter commodities em recursos naturais estratégicos por meio da agregação de valor.

Ao mesmo tempo, desde 2017, observou-se o aumento da contratação estrangeira, por um lado, para o desenvolvimento das áreas já negociadas do pré-sal e pós-sal, e, por outro, pelas expectativas de investimentos das empresas estrangeiras a partir das novas fronteiras exploratórias.

Várias empresas já solicitaram à ANP a isenção do cumprimento do conteúdo local e, simultaneamente, já tem contratado progressivamente fornecedores estrangeiros para a exploração e desenvolvimento dos campos de petróleo. Um caso interessante é o da Equinor. A empresa norueguesa contratou a fornecedora Heerema para a construção de uma plataforma - com a finalidade de utilizá-la no campo do pós-sal de Peregrino - executada no estaleiro da empresa em Vlissingen, na Holanda.

A redução no ritmo dos leilões pode ser vista como um problema quando o parâmetro de avaliação é o enxugamento da Petrobras ou o ajuste fiscal, mas o mesmo fenômeno pode ser encarado como uma oportunidade caso o critério de avaliação seja a reindustrialização nacional, nesse sentido o pré-sal segue abrindo possibilidades para o desenvolvimento do país.

William Nozaki é coordenador-técnico do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Inep) e professor da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

Rodrigo Leão é coordenador-técnico do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Inep) e pesquisador-visitante do NEC da Universidade Federal da Bahia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/12/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaque

Venda da Ouro Preto

A consultoria Starboard Restructuring Partners adquiriu a Ouro Preto, empresa de óleo e gás criada pelo empresário Rodolfo Landim em 2010, segundo informou uma pessoa que acompanha de perto a operação. A notícia foi primeiramente publicada pelo colunista Lauro Jardim, do jornal “O Globo”. A Ouro Preto detém direitos de exploração de 15 blocos e quatro campos petrolíferos. Landim, de 62 anos, é presidente do Flamengo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/12/2019

Seção: Empresas

Autor: Letícia Fucuchima — De São Paulo

Título: Leilão de transmissão é chance para entrante

O leilão de linhas de transmissão de energia, marcado para quinta-feira, deve atrair o interesse não só de grupos consolidados no segmento, mas também de companhias menores ou que concentram seus negócios em outras frentes do setor elétrico. Isso porque uma parte dos lotes em disputa têm porte menor do que os oferecidos em certames anteriores, o que pode estimular o interesse de investidores iniciantes, que querem “experimentar” ou dobrar a aposta em ativos que proporcionam receitas previsíveis e estáveis

Essa diversificação do perfil dos investidores em transmissão já tem sido observada nos últimos certames do tipo. No leilão de dezembro do ano passado, a grande vencedora foi a Neoenergia, tradicional em distribuição. Na ocasião, a companhia controlada pela espanhola Iberdrola arrematou lotes envolvendo R\$ 6 bilhões em investimentos, 45% do total contratado no evento.

No leilão desta semana, o último do governo federal no ano, serão oferecidos 12 lotes de ativos, com linhas de transmissão e subestações distribuídos em 12 Estados. São estimados investimentos em torno de R\$ 4,18 bilhões e geração de 8.782 empregos diretos. O prazo para operação comercial dos projetos é de 36 a 60 meses, e as concessões têm duração de 30 anos.

Diante do perfil dos empreendimentos, especialistas consultados pelo **Valor** apontam até a possibilidade de empresas de menor porte decidirem entrar na concorrência. Porém, elas terão de enfrentar um páreo duro para conquistar os ativos, pondera Claudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil. “O determinante para vencer os lotes é a capacidade de executar o projeto de

forma mais competitiva, e isso os [grupos] tradicionais seguramente têm, porque são beneficiados por sinergias.”

Pelas regras do edital, fica com o lote quem ofertar o menor valor de Receita Anual Permitida (RAP). Se a diferença entre os lances for menor ou igual a 5%, ou se houver empate entre os menores valores, a disputa passa para a dinâmica de viva-voz.

De modo geral, o mercado aposta que a disputa deve ser marcada por forte competição pelos empreendimentos - o que implica elevados deságios - e grande participação de estrangeiros, pontos característicos dos leilões de transmissão dos últimos dois anos. Desde 2017, a quantidade de ofertantes por lote tem ficado entre 5 e 12, em média, enquanto os deságios totais das disputa estão acima de 36%, tendo alcançado 55,3% no leilão de junho do ano passado.

Para a sócia da KPMG, Franceli Jodas, a estabilidade regulatória, a previsibilidade de receita e o menor risco dos projetos garantem o interesse dos investidores em transmissão. Na conta da expectativa de um leilão bem-sucedido, a especialista soma ainda a situação econômica do país, com taxas de juros nas mínimas históricas, e a maior capacidade de investimento das transmissoras após as indenizações por investimentos feitos e não amortizados, referentes a um problema criado com a Medida Provisória 579, de 2012. “Os grupos consolidados vão entrar com mais garra, acredito que vai ser uma briga interessante”, avalia.

Entre as empresas que já revelaram intenção de participar da concorrência desta semana, estão a chinesa State Grid, por meio da State Grid Brazil Holding e da CPFL Energia; a francesa Engie; a portuguesa EDP; a Taesa, controlada pela Cemig e a colombiana ISA; e a estatal Furnas.

Embora tenha criado um certo temor no setor elétrico nos últimos meses, o imbróglio envolvendo a distribuidora da Enel em Goiás não deve contaminar o interesse dos investidores em transmissão, segundo agentes do mercado. A avaliação é de que o marco regulatório do setor é forte e robusto o suficiente para impedir que o pleito estadual pela cassação da concessão da Enel Goiás siga adiante.

“Esse caso da Enel é pontual, mas é sério”, destaca Leonardo Miranda sócio de Energia do TozziniFreire. Apesar disso, o advogado entende que estrangeiras não deixarão de investir por causa disso, sobretudo as que já têm um longo

histórico de operação no país e conhecem o funcionamento do setor. “Poderia afetar talvez alguma empresa que ainda não esteja instalada aqui.”

O Ministério de Minas e Energia (MME) já indicou um cronograma de leilões de transmissão para 2020 e 2021. Conforme o planejado até então, haverá dois certames em cada ano, nos meses de junho e dezembro.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/12/2019

Seção: Empresas

Autor: Ivo Ribeiro e Ana Paula Machado — De São Paulo

Título: Tragédias forçaram Ibram a rever o modelo de gestão

Após duas grandes tragédias ambientais e sociais - em Mariana, 2015, e Brumadinho, neste ano -, a principal entidade representativa da indústria de mineração no Brasil, o Ibram, teve de fazer várias mudanças no seu modelo de gestão, bem como democratizar a participação das empresas associadas nas decisões. A imagem da mineração ficou bastante arranhada, no país e no exterior, assim como a do próprio instituto, que faltou liderança mais ativa nas duas crises.

“Foi feita uma grande mudança nesses sete meses no modelo de gestão do Ibram, que era visto como um órgão de algumas empresas de mineração - principalmente da Vale”, afirma Wilson Brumer, presidente do Conselho Diretor da entidade desde 16 de abril, para um mandato de dois anos. Brumer, que um dia já foi dos quadros da Vale, ainda quando estatal, não representa nenhuma das companhias associadas.

“A primeira ação foi um movimento de união do setor, pois o impacto de uma tragédia, como as de Mariana e Brumadinho, de uma ou outra empresa do setor, atinge toda a indústria de mineração do país”, disse Brumer, em entrevista ao **Valor**, logo após a aprovação do novo estatuto do Ibram. Segundo disse, o novo documento que passa a reger a entidade, mais moderno, retrata uma representação mais ampla das empresas por meio de conselheiros indicados.

O número de conselheiros passou de 17 - vários deles eram da Vale - para 25 e o peso de cada associada ficou mais equilibrado. Também foi eleito um novo vice-presidente do conselho diretor, Eduardo Ribeiro, que comanda a CBMM, produtora de nióbio.

A indústria de mineração brasileira é formada por 9,4 mil minas, operadas por 7.638 empresas, sendo 87,3% microempresas, 11,5% na classe de pequenas e médias e apenas 1,6% qualificadas como grandes. O setor no país - grande produtor de minério de ferro, nióbio, bauxita e caulim e exportador de estanho, níquel, magnesita, manganês e ouro, entre outros minerais - responde por 199 mil empregos diretos. O saldo da balança comercial, neste ano, deverá fechar em US\$ 23,5 bilhões.

Os investimentos previstos pelas mineradoras instaladas no país no período de 2019-2024 são de US\$ 27,5 bilhões (no quinquênio 2018-2023 estavam estimados em US\$ 19,5 bilhões. “Mas, para se concretizarem, é preciso ambiente de segurança jurídica e previsibilidade”, afirma o dirigente.

Entre as outras mudanças definidas em sete meses da nova gestão do Ibram, está a criação dos comitês setoriais - ouro, agregados, fertilizantes, minerais não metálicos, minério de ferro e metálicos -, cada um com representante de uma empresa. Também foram criados cinco comitês técnicos para a diretoria executiva, dentre eles o de sustentabilidade.

Brumer admite que a atividade de mineração no país está com a imagem e reputação abaladas perante a sociedade após as tragédias que levaram à morte quase 300 pessoas e causaram enormes danos ambientais e sociais. “Em setembro, divulgamos uma Carta de Compromisso. É uma declaração pública de novos propósitos para a indústria minerária, com diversas metas”, afirma. Na carta foram estabelecidos 12 pontos, entre eles a questão das barragens e a disposição de rejeitos, mitigação de impactos ambientais, relacionamento com comunidades e comunicação e reputação. “O setor precisa falar mais com a sociedade”, diz.

O dirigente apontou ainda a criação de uma diretoria de relacionamento com municípios mineradores. “O que será daquele local após acabar a atividade de mineração ali? É preciso trazê-los para a nova realidade”, afirma. O Ibram quer também se aproximar mais da cadeia produtiva - de fornecedores a fabricantes de máquinas até a produção do aço.

A entidade passa a ter posicionamento contundente em relação à atividade garimpeira. “Tem de haver regulamentação para os garimpos, mineração feita por uma ou poucas pessoas”, diz Brumer. Segundo ele, é preciso diferenciar grupos organizados de mineração, com CNPJ, dos “donos de garimpos”, que reúnem dezenas de direitos de lavra e terceirizam a atividade, com elevada atuação informal. E quase nada de preocupação com os danos ambientais que causa.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 16/12/2019****Seção: Empresas****Autor: Ana Paula Machado e Ivo Ribeiro — De São Paulo****Título: Plano para montar um bolsa de ações do setor no Brasil**

Entre as metas traçadas para o próximo ano, o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) elencou um plano para ampliar a atração de investimentos para o setor mineral do país. Para isso, o presidente do conselho administrativo da entidade, Wilson Brumer, disse ao **Valor** que o Ibram estuda trazer para o país uma estrutura de mercado de capitais dedicada ao setor. O modelo, segundo Brumer, seriam as bolsas do Canadá e da Austrália. São dois grandes países da mineração, onde o lançamento de ações, principalmente de empresas menores, as chamadas junior companies, são fatores que atraem investimentos.

A bolsa canadense fica em Toronto e a Australian Stock Exchange (ASX) em Sidney.

“Estamos estudando como fazer isso. Mas, queremos ter isso estruturado até o primeiro semestre de 2020. Observamos como as empresas juniores de mineração procuram esses mercados para conseguir tirar projetos do papel e muitas vezes, aqui no Brasil. Queremos trazer isso para o nosso mercado”, disse Brumer.

De acordo com o presidente do conselho diretor do Ibram, o Brasil é líder e está entre os grandes produtores mundiais de alguns minerais, como nióbio, minério de ferro, vermiculita, grafita, bauxita e caulim, no entanto, é importador em outros, caso de cobre, enxofre, titânio, fosfato, zinco. E tem uma grande dependência de carvão metalúrgico, potássio e terras raras.

“É a oportunidade para criarmos a cultura que têm esses dois países e poder desenvolver muitos projetos aqui por meio de uma bolsa brasileira”, afirma Brumer, lembrando que vários tipos de investidores poderão aportar capital em projetos no país, como os fundos de investimentos.

Segundo dados das bolsas canadenses especializadas em mineração, a Toronto Stock Exchange (TSX) e TSX Venture Exchange, o volume negociado até 31 de outubro chegou a 35 bilhões de dólares canadenses e foram feitos 1.017 financiamentos. Em janeiro de 2018, essas duas bolsas, juntas, abrigavam 5.677 projetos de mineração no mundo.

As instituições fazem ainda operações de venda antecipada de minério chamada de “streaming”. Isso, segundo Alexandre Sion, sócio do escritório Sion

Advogados, especializado em direito ambiental e mineral, ajuda, principalmente as companhias menores a se financiar e tirar os projetos do papel. “Essa modalidade tem impacto grande junto essas empresas, porque não têm capital e precisam se financiar para dar início aos seus projetos. Para se ter uma ideia, 59% dos financiamentos globais de mineração em 2017, foram feitos pelas bolsas canadenses”, disse.

Sion, no entanto, adverte que o sucesso da bolsa canadense passa pela segurança jurídica naquele país. No Canadá, de acordo com ele, o marco regulatório para mineração é claro. “No Brasil, para atrair esses investidores tem que ter uma estrutura jurídica que assegure esses recursos. O nosso modelo regulatório, principalmente com as normas ambientais, traz insegurança para o investidor.”

O advogado ressaltou que atualmente, há várias regras ambientais no Brasil e isso pode ser um entrave para novos investimentos. “Mas, uma bolsa de investimentos no país pode fazer com que ocorra uma pressão para que as regras sejam mais claras e melhore o ambiente de negócios”, acrescentou Sion.

Caso essa iniciativa saia do papel, o Ibram espera aumentar, além dos investimentos no setor mineral, a produção no país - não somente de minério de ferro. Até agora, segundo Brumer, estão previstos US\$ 27,5 bilhões de aportes que serão aplicados em novos projetos, em segurança, e na operação das empresas já constituídas. Os recursos devem ser aplicados até 2023.

“A produção mineral até setembro deste ano gerou uma receita de R\$ 38 bilhões ante R\$ 34 bilhões no mesmo período de 2018. Com novos investimentos, a expectativa é que aumente esses valores”, disse Brumer.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/12/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Engie quer 100% da TAG

A francesa Engie informou na sexta-feira que ela e o fundo canadense Caisse de Dépôt et Placement du Québec (CDPQ) têm interesse em adquirir os 10% de participação que a Petrobras ainda detém na Transportadora Associada de Gás (TAG). Em junho, ambas adquiriram os 90% de participação na TAG vendido pela

petroleira brasileira, por R\$ 33,5 bilhões. A Petrobras anunciou, na quarta-feira da semana passada, o início da etapa de divulgação da oportunidade (“teaser”) referente à venda dos 10% restantes. De acordo com a Engie, como parte do acordo de acionistas, ela e o CDPQ terão o direito de preferência em relação à oferta.

CNODC amplia aportes

O vice-presidente da chinesa CNODC no Brasil, Liu Chengbin, disse na sexta-feira que a empresa está “muito otimista” com os seus projetos de exploração e produção, no Brasil. Neste ano, a companhia investiu R\$ 4,42 bilhões na aquisição de duas novas áreas no país: 5% de Búzios, no leilão dos excedentes da cessão onerosa, e 20% de Aram, na 6a Rodada de partilha. Ao lado de sua conterrânea CNOOC, a CNODC foi a única petroleira estrangeira a participar das duas licitações. Chengbin citou que a empresa é uma “sócia estratégica da Petrobras”. A empresa tem participação em quatro projetos no pré-sal da Bacia de Santos: Mero (Libra), Búzios, Aram e Peroba. O executivo participou do seminário O Futuro da Parceria Estratégia Global China-Brasil, na FGV, no Rio de Janeiro.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/12/2019

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos — De São Paulo

Título: Dólar e novas regras freiam etanol importado

Apesar de o governo ter ampliado a cota de importação de etanol de países de fora do Mercosul sem a cobrança da tarifa de 20% que normalmente onera essas compras - um dos gestos de boa vontade do presidente Jair Bolsonaro à administração de Donald Trump -, alterações posteriores nas regras para as aquisições e a disparada do dólar ante o real mantiveram os volumes desembarcados nos portos brasileiros no mesmo patamar de um ano atrás.

Desde que a cota de 750 milhões de litros entrou em vigor, em 1º de setembro, até o fim de novembro, o Brasil importou 195,1 milhões de litros, ante 190,6 milhões no mesmo período do ano passado, segundo dados Secretaria de Comércio Exterior (Secex) compilados pela União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (Unica). O custo dessas compras aumentou 12,5% na mesma comparação, para US\$ 85,5 milhões.

Dos Estados Unidos, que supostamente seria o principal beneficiário da ampliação da cota brasileira, o volume de etanol importado entre setembro e novembro caiu 22% em relação a igual intervalo do ano passado, para 144 milhões de litros (volume calculado com base na densidade média do etanol). O valor pago por esse volume caiu 13,5%, para US\$ 63 milhões.

O novo regime de importação, com volumes menores por autorização, fragmentou a importação e também diminuiu a vantagem do etanol dos EUA, normalmente negociado em lotes maiores, observa Plínio Nastari, presidente da consultoria Datagro. Em recente apresentação sobre as perspectivas para commodities agrícolas, o analista Matheus Costa, da INTL FCStone, também sinalizou que as regras criadas “devem limitar as importações e contribuir com aperto de oferta e demanda” de etanol no país.

A importações perderam mais ritmo em novembro, pouco depois de a Secex, ligada ao Ministério da Economia, realizar as alterações nas regras para gerir as importações dentro da cota - e em meio à desvalorização do real, que superou os R\$ 4,20 na segunda metade do mês. Inicialmente, em 31 de agosto, o governo havia apenas ampliado o volume de etanol que poderia ser importado livre de tarifa, de 600 milhões de litros por ano para 750 milhões para os 12 meses posteriores, divididos em volumes iguais por trimestre.

Porém, após intensa pressão dos usineiros do Nordeste, que são os que mais concorrem com o etanol importado, em 18 de outubro a Secex redistribuiu os volumes de acordo com o período do ano, alocando 200 milhões de litros nos seis primeiros meses e a maior parte da cota no período de entressafra na região (de março a agosto de 2020). O órgão também restringiu as permissões de importação sem tarifa apenas às companhias que já produzem etanol no Brasil e limitou as compras a 2,5 milhões de litros por empresa - a Secex garantiu que concessões feitas a não produtores antes da mudança das regras seriam preservadas.

A modificação das regras do jogo surtiu efeitos reais. Das licenças de importação concedidas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) em novembro, 63% foram para usinas ou empresas ligadas a grupos produtores. Em setembro, ainda antes da modificação, a maioria das licenças de importação de etanol (dentro e fora da cota), ou 56%, foram concedidas a tradings e distribuidoras.

No mês passado, o volume de etanol importado somou apenas 47,4 milhões de litros, com reduções de 43% na comparação com outubro e de 66% na comparação com novembro do ano passado. O volume do biocombustível importado especificamente dos Estados Unidos ficou limitado a 22 milhões de

litros, uma retração de 44% na comparação com o mês anterior e 75% abaixo do patamar de um ano antes.

Na safra passada (2018/19), as importações de etanol já haviam ficado abaixo das exportações, com diferença de cerca de 300 milhões de litros. E Nastari acredita que, com o aumento da demanda externa neste ano, especialmente da Califórnia, o Centro-Sul vá encerrar a safra com exportações líquidas de aproximadamente 1 bilhão de litros.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/12/2019

Seção: Finanças

Autor: Graziella Valenti — De São Paulo

Título: Empresário da cana reduz posição em Cosan para reforçar Indusval

O empresário Roberto de Rezende Barbosa, um dos maiores acionistas individuais de Cosan, vem discretamente promovendo uma guinada importante em seus negócios. Sem fazer alarde, desvinculou suas ações do acordo de acionistas da empresa, do qual fazia parte desde que vendeu a usina NovAmérica ao grupo de Rubens Ometto, em 2009. O plano é, pouco a pouco, diversificar as aplicações. Ampliar o investimento no Banco Indusval, instituição da qual se tornou controlador em março, é parte desse movimento. Ele também acaba de completar a sucessão da gestão dos ativos agrícolas, após vender à própria Cosan o negócio de produção de cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul.

O “timing” de Rezende Barbosa é para lá de oportuno. As ações da Cosan fecharam sexta-feira na máxima história, com a empresa avaliada em mais de R\$ 27 bilhões na B3. A fatia que possui, de aproximadamente 4% do capital, vale perto de R\$ 1,1 bilhão, quase o dobro dos R\$ 600 milhões do começo do ano. “A fusão com a Cosan, há dez anos, foi um sucesso. Mas é um ciclo que considero concluído”, contou ele, ao **Valor**.

O empresário tem hoje 67% do Indusval, após colocar R\$ 195 milhões na compra de novas ações para uma capitalização, em março, necessária diante da insuficiência de capital. Antes disso, tinha uma fatia minoritária, fruto da incorporação do Intermap em 2013, banco do qual era dono. Aplicou ainda R\$ 55 milhões em letras financeiras conversíveis em ações.

Foi junto com os aportes que Rezende Barbosa contratou a boutique de negócios Estáter, de Pércio de Souza, para desenvolver um plano estratégico para o banco, que encerrou setembro com patrimônio perto de R\$ 400 milhões, ante R\$ 95 milhões há um ano.

Como parte do novo planejamento, Souza explicou que quer deixar o Indusval mais leve, para a gestão se dedicar exclusivamente à nova estratégia. Com exceção do projeto digital do SmartBank, o banco se desfez de participações que tinha na carteira - como o negócio na empresa de importação Sertrading, por R\$ 16 milhões.

Na sexta-feira, anunciou também a venda da posição remanescente na corretora Guide, por R\$ 120 milhões - ao próprio Rezende Barbosa. O Indusval mantinha 20% do negócio após transferir 70% ao grupo chinês Fosun, um ano atrás (10% pertencem aos executivos). Pelo acordo de acionistas existente, essa fatia não poderia ser alienada a um terceiro e não havia cláusula de venda (put) para os chineses. A gestão do banco levou, então, a ideia ao empresário, que aceitou, como forma de fortalecer o banco e, ao mesmo tempo, seguir na diversificação de ativos.

A transação é um reforço ao caixa do Indusval. Para a operação, a Guide foi avaliada em R\$ 600 milhões - mais do que o dobro dos R\$ 250 milhões pelos quais a Fosun avaliou a corretora para o aumento de capital de R\$ 100 milhões concluído no começo deste mês.

O índice de Basileia do banco - que mede a relação entre capital próprio e o de terceiros - deve chegar próximo a 20% após essa venda, ante os 10% atuais. Em dezembro do ano passado, o indicador estava negativo em 5%. A situação de solvência mudou completamente. Mas a instituição ainda precisa se provar, pois já viveu diversas reestruturações desde a abertura de capital em 2007.

O próximo movimento será buscar um parceiro para gerir o que Souza chama de “legado” de R\$ 1,3 bilhão - soma de créditos não performados e mais uma posição ativa de clientes que deixaram de fazer sentido no atual momento do banco. O projeto da Estáter é transformar o Indusval em um banco de negócios para médias empresas, um “BBAzinho moderno”, em referência ao antigo BBA.

Como presidente do conselho de administração do Indusval, Rezende Barbosa acompanha tudo a partir de sua fazenda em Marília, no centro-oeste paulista. “Devido à parceria com a Estáter, posso ficar aqui e cuidar da minha operação de confinamento [de gado], o que me distrai bastante. Ainda mais com essa volatilidade toda no preço. Acabei de comprar mais uma área vizinha aqui e vieram junto 2 mil hectares de floresta. Estou todo verdinho e ecológico”, brincou ele.

No agronegócio, essa será sua atividade principal, uma vez que vai se afastar da gestão da NovAmérica. Há dez anos, a parte industrial ficou com a Cosan, mas a operação agrícola continuou com a família. Desde 2010, os filhos Claudio e Fabio já eram os únicos acionistas dessa empresa, mas o pai ainda se envolvia.

Agora, Claudio fica à frente da governança e Fabio, da operação. “Só vou dar palpite quando e se eles pedirem.”

A NovAmerica, com receita anual de R\$ 200 milhões, manteve a operação em São Paulo, próxima de Assis. Com 35 mil hectares e produção de 3 milhões de toneladas de cana atende à Cosan, em Tarumã. O negócio no Mato Grosso do Sul - estimado entre R\$ 300 milhões e R\$ 400 milhões, conforme especialistas consultados - vai servir para abater dívidas e reforçar a atividade paulista. Claudio Rezende Barbosa disse que o plano é investir em tecnologia e iniciar o plantio de soja nas entressafras. “Vamos usar nossa experiência para diversificar também esse negócio, mas de forma complementar.”

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/12/2019

Seção: Empresas

Autor: Simeon Kerr — Financial Times

Título: O irascível Mohammed bin Salman abre caminho

À véspera da ascensão do trono do rei Salman em 2015, um executivo que desde então se encontra no coração do governo saudita demonstrou preocupações com o filho predileto do rei, Mohammed bin Salman. O executivo temia que o inexperiente e irascível filho de um pai doente viesse a abalar as estruturas do reino - para pior. “Ele é assustador”, disse sobre o príncipe Mohammed, até então um membro menor e obscuro da realeza.

Mesmo com todo esse mau pressentimento, ele não poderia ter previsto até onde o príncipe Mohammed iria subverter as regras. Como vice-premiê, o príncipe herdeiro, de 34 anos, rompeu com a tradição, acabando com a proibição de mulheres ao volante e, na semana passada, privatizando parte da Saudi Aramco, a base do poder e prosperidade do país.

A saga de quatro anos da oferta pública inicial de ações (IPO) de US\$ 25 bilhões da petroleira terminou na quarta-feira, com sua listagem recorde na Tadawul, a bolsa de valores saudita, em Riad. “O tamanho da operação é um tapa na cara dos críticos do mandatário, incluindo muitos membros de sua família que afirmavam que ele não conseguiria ser bem-sucedido”, disse na sexta-feira um banqueiro que trabalhou na IPO.

A ascensão inexorável do príncipe Mohammed acontece com mais membros graduados da realeza sendo afastados do caminho para garantir sua caminhada até o trono. Ele projetou o poder saudita no cenário regional. Ao orquestrar a sangrenta intervenção do reino no Iêmen em 2015, ele também liderou um

embargo contra o vizinho Qatar. Mas Riad está agora lutando para se desvencilhar dessas campanhas contraproducentes.

Argumentando que a Arábia Saudita precisava levar a luta para o rival Irã, ele apoiou seus amigos no governo Trump quando eles impuseram sanções mais duras contra a república islâmica. A reação veio em setembro, na forma de ataques com drones que paralisaram temporariamente metade da produção de petróleo do reino. Riad e Washington culpam o Irã.

Em 2017, o príncipe ordenou a prisão de centenas de parentes e empresários numa campanha contra a corrupção no hotel Ritz-Carlton de Riad, extraíndo acordos de US\$ 100 bilhões durante um expurgo sem precedentes promovido na elite estabelecida do reino.

Essa repressão estendeu uma postura de tolerância zero com aqueles que divergem do governo, incluindo a prisão e suposta tortura de mulheres ativistas, islâmicos e críticos do plano de abertura de capital da Saudi Aramco. Mas foi o assassinato, no ano passado, do jornalista Jamal Khashoggi por agentes sauditas que definitivamente manchou a imagem reformista do príncipe.

Ele chegou a ser apelidado de Abu Rasasa, “pai da bala”, porque, quando jovem, teria enviado um envelope com uma bala dentro para um juiz que decidiu contra ele numa disputa.

Muitos se referem a ele como Abu Munshar, ou “pai da serra”, em referência às ferramentas usadas no horripilante assassinato de Khashoggi, que criticava o regime. O príncipe da coroa nega envolvimento pessoal no caso, mas aceitou a responsabilidade por aquilo que muitos sauditas publicamente mencionam como “o erro”.

Mas as censuras internacionais contrastam com sua aclamação na Arábia Saudita, onde sua postura obstinada vem arrastando uma sociedade arcaica para o século XX, ainda que não para o século XXI. Ao abandonar décadas de cooperação com o establishment clerical, ele afrouxou a rigidez social. Agora, os jovens podem apreciar concertos de música pop e eventos esportivos.

Escolhido por seu pai por sua atenção aos detalhes e ética de trabalho, o príncipe, que foi educado localmente, estava ocupado se preparando para o poder nos anos anteriores à nomeação de Salman como rei, contratando consultores para produzir um projeto de revitalização da economia. Desde então, os consultores se acostumaram a reuniões tarde da noite com um homem muito bem informado, prolixo em estatísticas e referências históricas.

Nos primeiros dias de sua gestão, ele falava com entusiasmo em romper monopólios numa nova era de livre empreendedorismo. A listagem de até 5%

do capital da Saudi Aramco logo se tornou a peça central de sua visão econômica.

Aferrado à avaliação de US\$ 2 trilhões, o processo de IPO tornou-se um exercício de fazer o negócio atender a pré-requisitos. “Geralmente você usa o processo para chegar a um valor”, diz outro banqueiro que trabalhou na operação. “Mas nesse caso foi o contrário.”

Quando o ministro da Energia, Khalid al-Falih, passou a ser considerado um obstáculo, ele foi destituído. Executivos da Saudi Aramco afirmam que posteriormente foram alijados do processo de tomada de decisões. Os consultores do príncipe Mohammed, no entanto, estão exultantes - mesmo com a operação tendo sido reduzida por causa da demanda internacional morna. Eles mantiveram a promessa de listar as ações e a companhia conseguiu o almejado valor de US\$ 2 trilhões no segundo dia de negociação das ações.

Mas o negócio foi uma questão regional. Em vez de atrair capital global para a joia da coroa, ele foi apoiado em até US\$ 5 bilhões por Abu Dhabi, por dinheiro conseguido no esforço de combate à corrupção e empréstimos generosos de pequenos investidores de bancos sauditas.

“A IPO expôs as contradições do plano - ele promete encolher o Estado para conduzir a liberalização, mas na verdade tudo o que ele tem feito é aumentar seu próprio controle”, diz Madawi al-Rasheed, professor visitante da London School of Economics. “Apesar de toda a retórica de privatização, ele está no centro de tudo, ampliando o culto à sua personalidade.”

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 16/12/2019

Seção: Economia

Autor: Amanda Pupo/ Brasília

Título: Pacote prevê cortar custo de combustível para reduzir preço de passagens aéreas

Aviação. Plano é reduzir valor do querosene usado pelos aviões em até 20% para aumentar a concorrência e atrair novas companhias para o setor; Ministério da Economia participa dos estudos e uma das propostas em análise é zerar o PIS/ Cofins para este produto

O governo planeja um pacote de medidas para reduzir o valor do querosene de aviação em 2020. O objetivo é cortar o custo do combustível em até 20% para atrair novas empresas, aumentar a concorrência e, como consequência, baixar os preços das passagens aéreas.

Uma das propostas em estudo é acabar com a incidência de PIS/Cofins sobre o combustível utilizado em aeronaves. “Não é uma discussão fácil, porque falar em redução de receita é complicado, mas entendemos que é uma opção que vai turbinar a economia do País”, disse, em entrevista ao Estadão/Broadcast, o chefe da Secretaria de Aviação Civil (SAC), Ronei Saggiaro Glanzmann.

O Ministério da Economia participa desses estudos para zerar o PIS/Cofins. “Temos de apurar os impactos fiscais e tributários”, disse Glanzmann. O tributo corresponde a sete centavos do litro de querosene, que custa em torno de R\$ 3.

As outras medidas do pacote passam por quebrar a concentração de empresas na distribuição do querosene, introduzir no País um combustível que é ligeiramente mais barato, já usado nos EUA, e acabar com o monopólio da Petrobrás na venda do querosene.

Glanzmann reconhece que o trabalho não surtirá efeitos da noite para o dia, mas frisa que o foco da SAC em 2020 é atacar o valor do combustível. O preço é um dos entraves para a vinda de empresas ao País, segundo ele. É uma reclamação antiga das empresas de aviação, já que o querosene de aviação aqui é cerca de 40% mais caro do que a média internacional. Em 2019, já houve redução do ICMS, imposto cobrado pelos Estados, mas há outros elementos da cadeia que pesam na conta.

Para a SAC, parte do custo elevado se dá em razão da concentração da distribuição do combustível em só três empresas. Para aumentar a concorrência, um grupo de trabalho foi montado entre a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e a Agência Nacional do Petróleo (ANP) para regulamentar critérios de acesso por outras empresas à infraestrutura de distribuição.

“O dono do duto tem de permitir que várias distribuidoras utilizem o equipamento. A ideia é ter uma regra para isso, um sistema de preços”, disse. A regulamentação seria uma forma de evitar preços “punitivos” que barram a entrada de empresas. Com o acesso facilitado aos dutos, outra questão que pode ser viabilizada é uma rota de importação do combustível, apontou Glanzmann.

Monopólio. O monopólio da venda de querosene pela Petrobrás também incomoda o governo e se tornou alvo dentro do pacote. Glanzmann lembra que a estatal já iniciou um movimento de venda de algumas refinarias. “Hoje, a Petrobrás tem o monopólio do refino no Brasil. Então, o distribuidor só compra querosene de aviação de um único fornecedor, que é a estatal. Queremos quebrar isso, lá no início da cadeia produtiva.” Em junho, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) homologou acordo com a Petrobrás

para a venda de refinarias e encerrar investigação contra a estatal no órgão. A proposta representa a venda de ativos que correspondem à metade de sua capacidade de refino.

Outro ponto que também envolve diretamente a Petrobrás é o tipo de combustível produzido no Brasil. A SAC quer tratar junto com a estatal e a ANP sobre a produção e venda de um querosene que custa de um a dois centavos menos que o usado hoje. A diferença é que esse outro tipo possui um ponto de congelamento um pouco menor. O combustível usado hoje pelas aéreas é ideal para as rotas interpolares, mas o secretário não vê necessidade de exigir o produto em rotas domésticas, onde não há risco de congelamento do combustível.

Glanzmann disse que há uma parceria com a ANP para investir no laboratório de análises químicas da agência, através do Fundo Nacional de Aviação Civil, o que possibilita que o novo combustível seja estudado.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 16/12/2019

Seção: Economia

Autor: André Borges / Brasília

Título: Caminhoneiros ameaçam com nova paralisação

Uma nova paralisação de caminhoneiros pode ter início ainda hoje em várias regiões do País. A mobilização, que começou a circular em grupos de WhatsApp nas últimas semanas, é apoiada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes e Logísticas (CNT-TL), ligada à Central Única dos Trabalhadores (CUT).

O movimento dos caminhoneiros, porém, está completamente dividido em relação a uma nova greve. O caminhoneiro Wallace Landim, o “Chorão”, que tem representado os pleitos dos caminhoneiros na interlocução com o governo, disse que a classe está sendo alvo de interesses políticos e que os principais pedidos dos trabalhadores já estão com data para que sejam atendidos.

Nas redes sociais, representantes da CUT têm divulgado vídeos nos quais negam motivações políticas. “Estão tentando desvirtuar o movimento, com essa história de que se trata de um movimento político. Quem faz isso tenta desmobilizar a classe, é covarde”, afirmou Sandro Cesar, presidente da CUT no Rio de Janeiro, em vídeo distribuído entre caminhoneiros.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 16/12/2019****Seção: Mercado****Autor: Nicola Pamplona****Título: Com manobra, estados ampliam arrecadação com a gasolina**

Rio de Janeiro - Governo estaduais vêm garantindo arrecadação extra ao não repassar ao ICMS as variações do preço da gasolina nas bombas. A estratégia é vista pelo setor como uma manobra para enfrentar a crise financeira em detrimento do consumidor.

O ICMS sobre a gasolina é cobrado nas refinarias, com base em um preço de referência, conhecido como PMPF (preço médio ponderado final), ou preço de pauta. Ele é definido a cada 15 dias pelos governos estaduais e publicado pelo Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária).

Geralmente, os estados consideram a pesquisa de preços da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) para estipular o PMPF. Em alguns casos, a decisão se baseia em pesquisas próprias a partir de notas fiscais eletrônicas de combustíveis.

Ao perceber que, em Pernambuco, o preço de pauta se manteve estável em R\$ 4,6c por litro durante todo o ano, a deputada estadual Priscila Krause (DEM) levantou o movimento em outros estados e identificou comportamento parecido na Bahia e no Ceará.

Em Tocantins, Minas Gerais e no Espírito Santo, houve mais variações, mas o PMPF também passou longos períodos sem mudança. Em Minas, por exemplo, o preço de referência esteve sempre bem acima do calculado pela ANP “É uma busca para inflar a arrecadação”, diz Krause.

Ao manter o PMPF muito acima do preço de bomba, diz ela, o estado, na prática, aumenta a alíquota de ICMS sobre o produto, já que está cobrando a alíquota prevista em lei sobre um valor maior do que o praticado nas bombas.

Em Pernambuco, ela calcula que o ganho extra do estado já chegue perto de R\$ 100 milhões no ano. Em Minas, onde está a maior diferença, a arrecadação adicional superaria R\$ 236 milhões. A conta considera o volume de gasolina vendida durante o ano.

O ganho foi maior no início do ano, quando o preço da gasolina nas bombas estava mais baixo. O valor subiu até atingir o pico em maio, reduzindo (nos casos de Ceará, Espírito Santo e Tocantins, eliminando) vantagem, mas voltou a cair até o início do segundo semestre.

Nas últimas semanas, a gasolina voltou a subir nas bombas, após reajustes promovidos pela Petrobras em suas refinarias para acomodar a escalada do dólar. A política de preços da estatal considera o conceito de paridade de importação, que inclui as cotações internacionais mais custos para trazer o produto.

Estados ouvidos pela Folha negam que o cálculo do ICMS tenha por objetivo ampliar a arrecadação. “O estado não faz a correção no mesmo ritmo das oscilações registradas nos postos porque costuma aguardar que o preço se estabilize em determinado patamar”, disse, em nota, o governo da Bahia.

O Ceará disse que os preços da Petrobras têm oscilado muito e, diante disso, “decidiu manter uma média de preço estável e comparável com os estados vizinhos, visando segurança e estabilidade nas relações de consumo”.

O governo de Minas Gerais afirma que seu cálculo usa “dados consistentes” e considera a média aritmética ponderada por posto, considerando o volume vendido.

Até setembro, diz, fazia pesquisa diretamente nos postos. Agora, usa notas fiscais eletrônicas.

Já o governo do Espírito Santo afirmou que fez poucas modificações durante o ano porque os preços oscilaram pouco e diz que usa amostragem mais completa do que a pesquisa de preços da ANP que visita 16% dos postos do estado.

Pernambuco e Tocantins não responderam.

Em 2019, até outubro, a arrecadação sobre os combustíveis rendeu R\$ 73,20 bilhões aos estados, segundo dados do Confaz. O número representa aumento de 3% com relação ao mesmo período do ano anterior. O valor inclui todos os combustíveis.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 16/12/2019

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Plano de desinvestimentos prevê Petrobras concentrada no Sudeste

Redução da presença da estatal em outras regiões gera resistência de trabalhadores e políticos

Rio de Janeiro - Em apresentação para investidores estrangeiros na semana passada, a Petrobras apontou seu futuro em um mapa com ativos apenas na

região Sudeste e a possibilidade de investimentos em logística para a tender Sudeste e Centro-Oeste, grande consumidor de óleo diesel.

“A Petrobras vai ser uma companhia bem focada em exploração e produção de petróleo e gás natural em águas profundas, geograficamente concentrada no Sudeste brasileiro, em três estados: Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo”, disse em Nova York o presidente da companhia, Roberto Castello Branco.

Ele frisou que o objetivo é vender todas as suas operações em terras ou águas rasas em outros estados, confirmando temores de governadores do Nordeste sobre a saída da empresa da região onde nasceu a indústria do petróleo no país.

O movimento já foi iniciado com a abertura de processo de desinvestimento em campos de petróleo, refinarias, fábricas de fertilizantes e de biodiesel nas regiões Sul, Nordeste e Norte. Dos 205 campos ou blocos exploratórios colocados à venda pela empresa desde 2015, 145 (ou 70,7%) estão nas regiões Norte e Nordeste.

Berço do petróleo brasileiro, a Bahia Mera a lista, com 50. Depois vêm Rio Grande do Norte (49) e Sergipe (27, quatro deles com a venda apenas de uma fatia). A expectativa é que a empresa mantenha apenas operações em águas profundas em Sergipe, onde descobriu recentemente grandes reservas de petróleo e gás.

Nessa linha, a estatal já decidiu também desmobilizar edifícios administrativos em capitais nordestinas, como Sergipe e Natal, e criou um programa de transferência para os estados onde manterá atividades, como Rio, São Paulo e Espírito Santo.

O plano de investimentos para o período entre 2020 e 2024 fala em US\$ 20 bilhões a US\$ 30 bilhões (R\$ 82 bilhões a R\$ 123 bilhões). O documento prevê investimentos de US\$ 75,7 bilhões (cerca de R\$ 310 bilhões), dois terços desse valor dedicados ao pré-sal e outros 8% em refino, ou seja, ao menos 75% direcionados ao Sudeste.

“Como ficam todas as ramificações que a Petrobras tem [nesses estados]? Mesmo quem é contra a presença nacional dela não pode negar que a Petrobras tem raízes. Não pode simplesmente desenraizar e sair fora”, diz o líder da Frente Parlamentar em Defesa da Petrobras, senador Jean-Paul Prates (PT-RN).

Lançada em maio, a Frente iniciou nessa semana um giro pelos estados nordestinos para buscar apoio dos governos da região contra a estratégia da empresa. Na sexta (13), apresentou em Natal estudo sobre o impacto do processo no Rio Grande do Norte. Eles contam com apoio da FUP (Federação

Única dos Petroleiros), que teme a perda de empregos com a saída da Petrobras da região. A empresa diz que ofereceu a parte de seus empregados transferência para a sede no Rio, mas nem todos devem ser aproveitados.

O estudo apresentado à governadora do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra (PT), fala em redução do número de trabalhadores no setor, maior rotatividade e salários mais baixos. Entre 2015 e 2018, diz, o salário médio do segmento de extração de petróleo e gás no Nordeste caiu 58%, para R\$ 2,677,27. Nas atividades de apoio à indústria petrolífera, a queda foi de 17%, para R\$ 2.071,93.

O documento alerta ainda para a perda do “efeito propulsor” da estatal na atração de outras empresas para explorar petróleo no estado.

Desde a gestão Michel Temer, a área energética do governo defende que a saída da Petrobras pode representar aumento de investimentos em outras regiões, já que a Petrobras vinha reduzindo os aportes em projetos de menor porte para priorizar os campos gigantes do pré-sal.

Ex-secretário de Petróleo e Gás do MME (Ministério de Minas e Energia) com Temer e Bolsonaro, Márcio Félix diz que o movimento abre espaço para a diversificação dos operadores de campos de petróleo no país. Segundo ele, as empresas que vêm comprando campos da estatal devem começar a investir em breve.

“A gente já está no limiar da virada, em 2020 começa a ser mais perceptível”, diz Félix, que hoje é secretário executivo do Fórum Sergipano de Petróleo e Gás. “Já tem um número grande de blocos [de exploração e produção de petróleo] nas mãos de terceiros”

No refino e nas fábricas de fertilizantes ou biocombustível, dizem os defensores da privatização, a entrada de novos operadores pode justificar investimentos em aumento da capacidade de produção ou de logística na região.

Estudo feito pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Econômicos) estima que a venda das refinarias vai impactar a vida de 4.895 empregados. Parte deles será reaproveitada pelos novos compradores, mas, segundo a FUP, primeiro serão demitidos antes da recontração.

“O que está sendo feito hoje é um programa de transferência compulsória”, diz o diretor da FUP Deyvid Bacellar. “As pessoas estão praticamente sendo compelidas a se transferir para qualquer lugar no Rio, São Paulo ou Espírito Santo.”

A Petrobras não respondeu ao pedido de entrevista.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 16/12/2019**Seção:** Mercado**Autor:****Título:** Competição é caso para governo, não empresa, diz senador

Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Petrobras, o senador Jean-Paul Prates (PT-RN) diz não ser contra desinvestimentos de empresas, mas defende que o plano da Petrobras seja debatido com os brasileiros. Ele afirma que a venda de refinarias, por exemplo, é prejudicial à empresa e representa ingerência do governo em sua estratégia. “É como se o Burger King fosse hegemônico em uma cidade e decidisse vender metade das lojas para o McDonald's, abrindo mão do mercado.”

A Petrobras colocou à venda 8 de suas 13 refinarias, mantendo interesse apenas nas quatro unidades localizadas em São Paulo e na Refinaria Duque de Caxias, no Rio. Com isso, espera reduzir à metade sua fatia na capacidade nacional de refino de petróleo.

O presidente da estatal argumenta que a competição é favorável à empresa, pois reduz possibilidade de controle de preços. Em junho, a empresa fechou acordo com o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) se comprometendo a vender as unidades até o fim de 2021.

Um dos consultores que ajudaram a escrever a lei que pôs fim ao monopólio da Petrobras em 1997, Prates diz não ser contra a participação privada no setor de petróleo, mas acha que a Petrobras deve preservar seu papel estratégico.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 16/12/2019**Seção:** Especial**Autor:** Ana Carolina Amaral**Título:** Após obstrução brasileira, Cúpula do Clima fracassa e adia decisões

Regulamentação do mercado de carbono fica para 2020; Ricardo Salles diz que 'a COP 25 não deu em nada'

São Paulo- A COP-25, conferência climática da ONU, terminou na madrugada de domingo (15), em Madri, sem alcançar seu principal objetivo: regulamentar o artigo 6 do Acordo de Paris, que trata sobre a criação de um mercado de carbono para incentivar ações de mitigação dos efeitos das mudanças climáticas. O Brasil foi o principal bloqueador do consenso.

Embora o Itamaraty não tenha mudado os posicionamentos brasileiros, a mudança de tática de negociação imposta pelo comando do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, dificultou as negociações, segundo observadores e também diplomatas de delegações de países desenvolvidos.

Chefe da delegação brasileira na COP Salles usou as reuniões bilaterais com países desenvolvidos para pedir dinheiro ao Brasil, como contra partida para desbloquear a negociação, conforme a Folha revelou na sexta-feira (13).

Mensagens trocadas entre negociadores de diferentes países qualificaram a tática brasileira como uma “chantagem imatura”.

O Brasil também se opôs, de forma inédita, à inclusão das conclusões científicas no texto final da conferência. Ao longo deste ano, o órgão científico da ONU IPCC (Painel Inter-governamental de Mudanças Climáticas) publicou dois relatórios sobre as relações do clima com os solos e com os oceanos. O Brasil foi o único país a se opor à menção dos estudos, mas acabou cedendo ao final.

A Folha apurou que a tentativa de obstrução foi ordem direta de Salles com objetivo de barganhar, mas não funcionou. Para um negociador brasileiro, o resultado foi a perda de capital político.

Salles havia declarado à imprensa que seu objetivo na conferência seria angariar recursos para o país.

O ministro chegou à COP mais de uma semana antes da sua participação ser prevista na conferência e manteve reuniões com executivos de multinacionais como Telefônica, Santander e Shell. No entanto, o governo federal não anunciou nenhuma nova parceria até o final da COP

Neste domingo, Salles declarou no Twitter que “a COP 25 não deu em nada”.

“Países ricos não querem abrir mão dos seus mercados de créditos de carbono”, acrescentou ele.

Mas não foram só os países ricos que se opuseram ao Brasil, cuja posição ficou isolada, com apoio eventual da Índia, inviabilizando o acordo.

O mercado propõe um comércio global de redução de emissão de gases-estufa, em que o país ou empresa que reduz suas emissões pode vender um crédito de carbono, que vale para o comprador como uma “licença para poluir”.

Ao defender que os créditos vendidos a outras nações não precisem ser descontados da prestação de contas nacional sobre o cumprimento das metas

climáticas do país, o Brasil foi acusado de atentar contra a integridade ambiental do Acordo de Paris.

A “pedalada” na prestação de contas permitiria uma dupla contagem das reduções de emissão de carbono, que poderiam ser contabilizadas tanto pelo vendedor quanto pelo comprador do crédito de carbono.

Por esse mesmo motivo, o Brasil já tinha bloqueado o final da COP-24, em 2018, adiando a decisão para este ano. Agora, a expectativa é que a regulamentação seja feita até a COP-26, no ano que vem, na Escócia.

Segundo um ex-negociador brasileiro ouvido pela Folha, o Brasil teria adotado essa postura por temer que o comércio de créditos de carbono aumente a dificuldade do governo de cumprir as metas climáticas definidas pelo próprio país.

O Brasil sai da COP-25 apontado por observadores das negociações como um dos vilões da conferência, junto aos EUA, Austrália, Arábia Saudita e um lobby de indústrias produtoras de combustíveis fósseis, que estaria atuante nos bastidores das negociações.

Em 2020, os países devem apresentar uma atualização das suas metas nacionais do Acordo de Paris, já obedecendo à regulamentação que foi criada de 2015 para cá.

“Estou desapontado com o resultado da COP-25”, disse o secretário-geral da ONU, Antonio Guterres, ao fim das negociações.

Ele afirmou também estar “mais determinado do que nunca” para que os países se comprometam com o que a ciência diz ser necessário para barrar o aquecimento global.

VEÍCULO: O Globo

Data: 16/12/2019

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Monumento à inépcia

Passou meio despercebida no noticiário da semana passada a decisão da Petrobras e da chinesa CNPC de encerrarem negociações sobre a possibilidade de construir uma refinaria no Comperj, no Rio.

“Uns US\$ 12 bi jogados no lixo. Que tristeza”, lembra Décio Oddone. “Um monumento à inépcia, à corrupção e ao que não deve ser repetido”, completa o diretor-geral da ANP.

Que, pelo menos, sirva de exemplo do que não deve ser feito.

VEÍCULO: O Globo

Data: 16/12/2019

Seção: Editorial

Autor:

Título: Congresso avança na análise da inépcia no desastre com petróleo

Comissões investigam falhas na fiscalização, nos planos de contingência e na recuperação dos danos

O Congresso avança na análise das causas do despreparo do Estado brasileiro na prevenção e mitigação de danos em catástrofes como o vazamento de petróleo que atingiu o litoral de 11 estados, afetando 126 cidades.

O desastre já tem mais de três meses e ainda não se sabe quem causou, quando, como e quanto óleo foi lançado no Oceano Atlântico.

O Legislativo mantém três comissões na investigação das raízes do fracasso do poder público na fiscalização, no preparo para enfrentar incidentes do gênero, na resposta a emergências e na recuperação das áreas afetadas. Na Câmara, funcionam uma comissão especial e uma CPI e, no Senado, uma comissão externa.

Na semana passada, deputados aprovaram, por unanimidade, um relatório inicial sobre a inércia do governo federal. O fato de ser um incidente com características inéditas — não há registro de precedente —, não justifica a omissão e a lassidão na ação da estrutura federal responsável pelo meio ambiente.

Depoimentos e farta documentação exibem a tepidez na resposta governamental. Há seis anos o país instituiu, por lei, um plano de contingência específico para poluição de óleo em águas nacionais. No entanto, só foi acionado um mês depois da chegada do óleo ao Nordeste.

As possibilidades de resposta articulada e integrada no âmbito federal deixaram de existir em abril, quando o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, dissolveu, por razões desconhecidas, o órgão encarregado da execução

organizada daquilo que está previsto nesse plano de contingência. No vácuo restou a inépcia, um governo inerte durante o mês de setembro, na fase mais crítica da emergência ambiental nas cidades litorâneas.

Seguiram-se ações improvisadas de contingência, marcadas pela desinformação. Não houve alerta nem orientação imediata aos governos estaduais, prefeituras e comunidades afetadas e extensão de danos em áreas sob guarda do poder público — unidades de conservação, como parques nacionais, reservas extrativistas e áreas de proteção ambiental. Não houve sequer informação oficial e crível sobre níveis de toxidade do óleo e riscos de contaminação. Não se conhecem resultados de análises sobre impactos no plâncton, no pescado, na água e no solo. E o socorro econômico emergencial aos atingidos, sobretudo pescadores, só foi efetivado três meses depois, a partir de 28 de novembro.

O trabalho do Legislativo prossegue. Será profícuo na medida em que partidos preservem o equilíbrio na investigação dessa catástrofe.

VEÍCULO: O Globo

Data: 16/12/2019

Seção: Rio

Autor: GISELLE OUCHANA

Título: Vazamentos levam risco a cartão-postal

Este ano, Baía de Guanabara já registrou oito casos de derramamento de óleo. Especialistas alertam que atividade petrolífera aumentou circulação de embarcações e que há pouca transparência sobre casos de despejo de poluentes

Enquanto o Brasil ainda se pergunta sobre a origem do derramamento de petróleo que atingiu praias, rios e mangues de 11 estados este ano, a Baía de Guanabara, já tão afetada pela poluição, também sofre com recorrentes vazamentos de óleo. Só no mês passado, cinco acidentes graves foram reportados à Capitania dos Portos. O último ocorreu no dia 27, oriundo de um navio fundeado perto da Ponte Rio-Niterói. Para os pescadores, inquietos com a situação, um dos vilões é o grande fluxo de embarcações. Especialistas concordam e dizem que o espelho d'água se tornou um grande parking, aumentando o risco de desastres ambientais.

Os números impressionam. Com 28 estaleiros, cinco plataformas (três em reparo e duas fundeadas) e 15 áreas de fundeio, a Baía recebe por mês cerca de 250 navios de médio ou grande porte, segundo a Capitania. Entre janeiro e outubro, 4.578 embarcações atracaram nos nove terminais do Porto do Rio, de

acordo com a Companhia Docas. E mais de seis milhões de toneladas de carga foram movimentadas no período, afirma o Sindicato dos Operadores Portuários.

OITO DERRAMAMENTOS

Com todo esse movimento, este ano a Capitania registrou oito derramamentos de produtos poluentes na Baía, três a mais que no ano passado. Em 2017, aconteceram 16. Dos cinco vazamentos registrados em novembro, quatro foram de diesel e um, de lubrificante. Todos os casos são investigados pela Marinha, que ainda apura a quantidade despejada.

Já o Instituto Estadual do Ambiente (Inea) afirma que, para todos os casos registrados, foram acionadas medidas de prevenção e controle de forma a evitar a propagação do material poluente no meio ambiente. Já o Ibama informa ter multado duas embarcações em 2018 e, este ano, mais três.

Oceanógrafo e professor do Departamento de Química da PUC-Rio Renato Carreira critica, no entanto, a falta de transparência das informações sobre os acidentes:

— A Baía virou base de apoio offshore (que garante logística à produção de petróleo). Esse desenvolvimento traz o aumento de contaminação por vários fatores. O que assusta é não haver um controle detalhado sobre isso.

CARCAÇAS ABANDONADAS

Para Wilson Machado, do Departamento de Geoquímica da UFF, o problema é maior do que a população consegue ver.

— Pode haver uma quantidade de poluentes preocupantes, invisíveis a olho nu. Apesar do esforço de autoridades em relação ao planejamento, falta um sistema ágil de contenção, remoção e avaliação dos efeitos desses poluentes.

Naufrágios, colisões e encalhes também são motivos de poluição na Baía. Só no mês passado, foram registrados quatro naufrágios, incluindo o de um rebocador da Marinha. O abandono de embarcações é outro problema. Atualmente na região, há 104 cascos, alguns submersos.

Para os pescadores, as manchas de óleo na água representam prejuízo, porque os poluentes reduzem as chances de um bom dia de trabalho. Edvaldo Vieira, de 52 anos, reclama:

— A pescadinha, por exemplo, sumiu da Baía.

O pescador Fernando Simião, de 68 anos, diz ter encontrado recentemente uma extensa camada de óleo na Ilha do Governador:

— A mancha tinha cerca de quatro quilômetros de extensão. O receio é afetar a produção de camarão.

Um estudo do Movimento Baía Viva, liderado pelo ecologista Sérgio Ricardo, aponta que 44% da Baía são ocupados pela indústria do petróleo.

— Há uma nítida mudança da ecologia da paisagem da Guanabara que, com o processo de reindustrialização impulsionado pelo pré-sal, tem transformado o espelho d'água num estacionamento ocupado por plataformas, oleodutos, rebocadores e navios. Os riscos de vazamentos aumentaram — diz o ambientalista.

Pequenos barcos também fazem parte do cenário. Só na Enseada de Botafogo, por exemplo, existem 310 boias de amarração que atendem a embarcações de pesca, esporte e recreio e transporte de passageiros. Mas nem todas seguem as regras. Dessas, 135 ainda estão em processo de regularização.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 16/12/2019

Seção: Negócios

Autor: Amauri Segalla

Título: Preço do querosene no país trava entrada de novas aéreas

O mercado de aviação comercial está de olho em um pacote de medidas que o governo federal planeja lançar para reduzir o valor do querosene de aviação em 2020. O objetivo da medida é cortar o custo em até 20% para atrair novas empresas, aumentar a concorrência e, como consequência, baixar os preços das passagens aéreas.

Uma das propostas em estudo é acabar com a incidência de PIS/Cofins sobre o combustível utilizado em aeronaves. "Não é uma discussão fácil, porque falar em redução de receita é complicado, mas entendemos que é uma opção que vai turbinar a economia do país", disse à reportagem o chefe da Secretaria de Aviação Civil (SAC), Ronei Saggioro Glanzmann.

O Ministério da Economia participa desses estudos para zerar o PIS/Cofins. "Temos de apurar os impactos fiscais e tributários", disse Glanzmann. O tributo corresponde a R\$ 0,07 do litro de querosene, que custa em torno de R\$ 3.

As outras medidas do pacote passam por quebrar a concentração de empresas na distribuição do querosene, introduzir no país um combustível que é ligeiramente mais barato, já usado nos Estados Unidos, e acabar com o monopólio da Petrobras na venda do querosene.

Glanzmann reconhece que o trabalho não surtirá efeitos da noite para o dia, mas frisa que o foco da SAC em 2020 é atacar o valor do combustível. O preço é um dos entraves para a vinda de novas empresas ao país, segundo ele. É uma reclamação antiga das empresas de aviação, já que o querosene de aviação no Brasil é cerca de 40% mais caro do que a média internacional. Em 2019, já houve redução do ICMS, imposto cobrado pelos Estados, mas há outros elementos da cadeia que pesam na conta.

Para a SAC, parte do custo elevado se dá em razão da concentração da distribuição do combustível em apenas três empresas. Para aumentar a concorrência, um grupo de trabalho foi montado entre a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e a Agência Nacional do Petróleo (ANP) para regulamentar os critérios de acesso por outras empresas à infraestrutura de distribuição.

"O dono do duto tem de permitir que várias distribuidoras utilizem o equipamento. A ideia é ter uma regra para isso, um sistema de preços", explicou. A regulamentação seria uma forma de evitar preços "punitivos" que barram a entrada de novas empresas. Com o acesso facilitado aos dutos, outra questão que pode ser viabilizada é uma rota de importação do combustível, apontou Glanzmann. "Hoje, a importação no Brasil é mais complexa, pela dificuldade de acesso à infraestrutura", disse.

Monopólio

O monopólio da venda de querosene pela Petrobras também incomoda o governo e se tornou alvo dentro do pacote. Glanzmann lembra que a estatal já iniciou um movimento de venda de algumas refinarias. "A Petrobras tem o monopólio do refino no Brasil. Então, o distribuidor só compra querosene de aviação de um único fornecedor, que é a estatal. Queremos quebrar isso, lá no início da cadeia produtiva."

Em junho, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) homologou acordo com a Petrobras para a venda de refinarias e encerrar investigação contra a estatal no órgão. A proposta representa a venda de ativos que correspondem à metade de sua capacidade de refino.

Outro ponto que também envolve diretamente a Petrobras é o tipo de combustível produzido no Brasil. A SAC quer tratar junto com a estatal e a ANP

sobre a produção e venda de um querosene que custa de R\$ 0,01 a R\$ 0,02 menos que o usado atualmente. A diferença é que esse outro tipo possui um ponto de congelamento um pouco menor, conforme explica o chefe da secretaria de aviação. O combustível usado hoje pelas aéreas é ideal para as rotas interpolares, mas o secretário não vê necessidade de exigir o produto em rotas domésticas, onde não há risco de congelamento do combustível.

Segundo Glanzmann, já existe uma parceria com a ANP para investimento no laboratório de análises químicas da agência, localizado em Brasília, através do Fundo Nacional de Aviação Civil (Fnac), o que possibilita que o novo combustível entre em fase de estudos.

MME / ASCOM .